

A CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA IMPERIAL A PARTIR DOS DEBATES ACERCA DA ABOLIÇÃO NO CEARÁ (1867-1884)

Mariana de Oliveira Sousa *

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a configuração político-partidária imperial a partir das posturas assumidas em relação à abolição da escravidão no Ceará, no período compreendido entre os anos de 1867 e 1884. A proposta é fazer um diálogo entre as discussões a nível local e a nível nacional, desenvolvendo uma análise mais abrangente que não atente somente para as realidades particulares, mas que as perceba inseridas em um contexto mais amplo a partir do qual se torna possível compreender as individualidades. O trabalho tem por objetivos mapear as identificações político-partidárias dos envolvidos na discussão sobre a emancipação dos escravos; acompanhar as discussões referentes à abolição da escravidão no Ceará; analisar os indivíduos políticos em suas relações com os partidos aos quais se encontram filiados e as propostas políticas destes; tentar compreender e situar, dentro do contexto brasileiro, as posturas políticas assumidas pelos deputados cearenses acerca da abolição da escravidão; investigar as posturas políticas nacionais referentes á emancipação dos escravos e analisar as divergências inter e intrapartidárias. Para alcançar tais objetivos, selecionamos como fontes alguns periódicos da segunda metade do século XIX (jornais *Cearense*, *Constituição*, *gazeta do Norte*, *O Libertador* e *Pedro II*), os *Annaes da Assembléa Provincial do Ceará*, os *Annaes do Senado do Brazil*, as *Atas do conselho de Estado Pleno* e a *Collecção das Leis Imperiais*. A partir destas fontes e de leituras de cunho historiográfico, nos propomos a refletir sobre a plasticidade das fronteiras entre liberais e conservadores, pensado os partidos imperiais de forma heterogênea e tentando mapear os elementos de identificação que perpassam os indivíduos no processo de identificação a um partido político.

Palavras-chave: Abolição no Ceará. Política. Identidade.

*Estudante da Graduação em História pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: marianahistoria@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO.

ANNUNCIOS

BOA COSINHEIRA

Precisa d'uma livre ou **escrava**, a tratar na Rua Major Facundo nº 54.¹

[grifos nossos]

A epígrafe acima foi retirada das páginas do jornal *Cearense* quatro anos antes da abolição da escravidão no Ceará. Até aqui não há nada de surpreendente. Estamos apenas apresentando um órgão da imprensa cearense que circulou durante o século XIX e que traz na seção de anúncios uma solicitação: BOA COSINHEIRA. Precisa-se d'uma livre ou escrava.

A exposição de alguns detalhes, no entanto, nos propiciará um olhar diferenciado sobre este evento: o primeiro é o fato do jornal em questão se autointitular um órgão liberal², vinculado ao Partido Liberal, que, por sua vez incluiu a partir de 1869, em seu quadro de propostas a abolição da escravidão. O segundo é o fato de terem sido publicados no jornal, até o dia 1º de outubro de 1880, anúncios de escravos fugidos – com direito à recompensa para quem os capturasse - e o terceiro é o fato dos redatores do periódico se comprometerem, ainda no mesmo ano, em cessar a publicação de anúncios de escravos fugidos a partir do mês de outubro.

De fato, não se pode dizer que anúncios de cativos fugidos continuaram aparecendo nas páginas do jornal. Em seu lugar, passa a ser divulgado outro tipo de anúncio, onde, no entanto, permanece o elemento escravo, o mesmo com cuja libertação se comprometeu o Partido Liberal em seu programa político de 1869. Nas discussões políticas ocorridas entre os deputados da Assembleia Provincial do Ceará, por incontáveis vezes, políticos liberais pediram a palavra para classificar como vergonhosa a instituição escravista. Esta é vista como um “borrão na história do Brasil”, como uma “instituição execranda, anticivilisadora, e até mesmo anti-christã.”³ No entanto, o *Cearense*, órgão liberal de maior circulação provincial, publicou, até o início de outubro de 1880, anúncios em que são oferecidas gratificações pela captura de escravos fugidos e seguiu o mês de outubro divulgando notícias em que a mão-de-obra escrava era buscada pela população.

¹ BOA COSINHEIRA. *Cearense*, 20 de outubro de 1880, Fortaleza-Ce, p. 4.

² O jornal traz em todos os seus números, logo no cabeçalho, a indicação *Órgão Liberal*.

³Sessão Ordinária, 1867. Fortaleza. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará*. Fortaleza: Typographia Brasileira de João Evangelista, 1867. 222p., p. 169.

Posicionamentos como esses – aparentemente contraditórios – abundam nas fontes jornalísticas e governamentais da segunda metade do século XIX e não se constituem em paradoxos se analisados dentro de um recorte temporal específico, com o objetivo de perceber as especificidades, as particularidades do momento e dos partidos políticos imperiais. Nossa proposta consiste em investigar a configuração político-partidária imperial a partir das posturas assumidas em relação à abolição da escravidão no Ceará, no período compreendido entre os anos de 1867 e 1884. Nossos marcos temporais foram definidos a partir de nossas fontes: 1867 é o ano em que se iniciam, no Conselho de Estado Pleno, as discussões referentes à emancipação dos escravos e 1884 foi pensado em decorrência de cessarem, na Assembleia Provincial do Ceará, a partir desse ano, as discussões sobre a abolição. A partir de meados de 1884, após a abolição no Ceará, as fontes trazem apenas trechos de jornais de outras províncias ou da fala de pessoas classificadas como ilustres, onde a atitude cearense é louvada devendo servir como exemplo às demais.

Nossa proposta é fazer um diálogo entre as discussões políticas sobre a escravidão a níveis local e nacional. Assim procedemos por acreditarmos ser importante desenvolver análises mais abrangentes que não atentem somente para suas realidades particulares, mas que as percebam inseridas em um contexto mais amplo, a partir do qual se torna possível compreender as individualidades. É justamente esse nosso ponto central de análise: a compreensão das individualidades. No entanto, partimos de classificações prontas – liberais e conservadores –, mas, se o fazemos, é somente com o intuito de problematizá-las, retirando do rótulo partidário os indivíduos políticos e expondo suas complexidades.

2. CONFIGURAÇÃO PARTIDÁRIA E QUESTÃO SERVIL.

Segundo *Emília Viotti da Costa*, “Crises são momentos de verdade”⁴ e, enquanto tais, são propícios à percepção de disputas de interesses entre setores divergentes. Como se os momentos de crise colocassem em evidência as contradições latentes na sociedade. O período aqui analisado, a segunda metade do século XIX, é marcado pela crise do sistema escravista no Brasil e pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, caracterizando-se como um período de conjunturas social, política e econômica complexas, em que pululam conflitos ideológicos. Nosso trabalho privilegia a análise da conjuntura política cearense, articulando-a

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13.

ao cenário político mais amplo. Consideramos, assim como o historiador Ricardo Salles⁵, que o conhecimento histórico necessita de uma compreensão mais abrangente, de análises mais gerais para que se possa empreender o estudo das realidades particulares. É essencial, portanto, atentar para o panorama nacional, acompanhando os desdobramentos das discussões em questão.

Pensar os partidos políticos no período imperial e a relação destes com as questões abolicionistas em fins do XIX implica em considerar o contexto político da segunda metade do século de forma que possamos apreender o espaço de atuação dos sujeitos históricos. As discussões sobre a emancipação dos escravos estavam inseridas nesse contexto e constituíram-se em importantes elementos de tensão para o período. É nesse sentido que Emília Viotti desenvolve sua análise sobre a emancipação escrava em *A abolição*. Para a autora, as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira a partir da abolição do tráfico (1850) desencadearam tensões que ecoaram no âmbito político, desfazendo a, já frágil, unidade entre os e dentro dos partidos. Segundo Viotti, o grande problema eram as alas extremistas dos partidos conservador e liberal. Essas tensões internas se agravaram de modo a provocar uma cisão dentro do Partido Conservador que se dividiu em dois grupos: um se unindo aos liberais e criando a Liga Progressista e o outro permanecendo fiel ao partido.

Eventos como esse – de tensão inter e intrapartidária e de instabilidade no governo - não parecem ter sido exceção na história do Império. Em *História Geral da Civilização Brasileira*, Sérgio Buarque de Holanda defende que a estabilidade administrativa não foi uma constante, o que provocou abalos no país, sobretudo pela “rotação caprichosa dos governos.”⁶ Foi justamente essa rotatividade que fez com que, nas décadas de 1860 e 1870, passado o período de conciliação entre os partidos, os posicionamentos partidários voltassem a se acirrar, pondo em perigo “a solidez de qualquer composição ministerial.”⁷ Tais tensões se intensificaram com as discussões referentes à “reforma do estado servil” – proposta do Partido Liberal implementada pelo ministério conservador do Barão do Rio Branco.

A “reforma do estado servil” era uma questão tão delicada que, segundo Viotti, várias foram as estratégias utilizadas pelos parlamentares para adiar as discussões: “Não tocar no assunto, evitar o debate de tão melindrosa questão, quando isso não fosse possível, deixar

⁵ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2 : O Brasil Monárquico : Do Império à República. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1972, p. 9.

⁷ Ibid, p. 23.

correr os projetos sem nada fazer para sua aprovação...”⁸. De fato, o assunto só ganhou dimensão maior no âmbito político quando, na abertura da Assembléia Geral Legislativa do dia 22 de maio de 1867, o imperador introduziu na Fala do Trono a questão da emancipação. A entrada da questão servil na pauta de discussões políticas das Assembleias Geral e Provincial, do Senado e do Conselho de Estado foi importante porque forçou os envolvidos no debate a tomar posicionamentos que nem sempre correspondiam à postura assumida pelo partido político ao qual aqueles se encontravam filiados. O que se pode perceber a partir dessas discussões, sobretudo das relacionadas à Lei do Ventre Livre, é que a questão da emancipação colocou em destaque as tênues linhas que delimitavam as fronteiras de um e outro partido. Para Emília Viotti, nos debates acerca da libertação do ventre escravo, é possível notar que os votos dos deputados foram pensados independentemente de suas filiações partidárias:

Houve conservadores que votaram contra o projeto – apesar de este ter sido apresentado por um Ministério conservador – e houve liberais que votaram a favor, apesar de estarem na oposição. Só excepcionalmente alguns liberais favoráveis à emancipação votaram contra o projeto por questões partidárias. [...] de maneira geral, pode-se dizer que a questão da emancipação dos escravos pairava acima da fidelidade partidária. Tanto é assim que a minoria conservadora que se opunha ao projeto chegou até a ameaçar romper com o partido e formar um novo, enquanto um grande número de liberais ligou seu voto à causa da emancipação, fazendo questão de desvinculá-lo do Partido Conservador.⁹

Para Holanda, a questão servil contribuiu para demarcar posições partidárias. Para Viotti, ela “pairava acima da fidelidade partidária” e provocava tanto cisões internas quanto uniões, ainda que efêmeras entre os partidos. O que a autora quer dizer é que em ambos os partidos havia defensores e opositores do projeto, não sendo sua adesão ou oposição a este derivada da filiação partidária daqueles.

Embora a escravidão só tenha sido abolida na década de 1880, as pressões pelo seu fim começaram ainda na primeira metade do século XIX, com as exigências inglesas relativas ao fim do tráfico. A promulgação, em 1850, da Lei Eusébio de Queirós– que aboliu oficialmente o tráfico de escravos africanos - foi uma resposta às reivindicações dos ingleses, mas não constituiu um impacto significativo, em decorrência da possibilidade de abastecimento escravo das províncias cafeeiras do Sul a partir do Norte. Segundo Lúcia Maria das Neves e Humberto Machado, ideias de emancipação gradual da escravidão haviam sido propostas ainda na década de 1850. No entanto, não encontraram acolhida entre a população

⁸ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª edição. São Paulo : Editora UNESP, 2008.

⁹ *Ibid*, p. 57

brasileira. Para os autores, tais ideias só ganharam força a partir da década de 1870, em decorrência do temor de possíveis revoltas escravas, da emergência de uma imprensa abolicionista e do fim da Guerra do Paraguai, que contou nas fileiras brasileiras, com soldados escravos: “[...] os oficiais brasileiros passaram a considerar inviável a reescravização de quem havia lutado ao lado de homens livres nas situações mais adversas possíveis.”¹⁰ Todos esses fatores tiveram uma importância particular no processo de extinção do escravismo, que passou a ser considerado um mal a ser superado. O que se percebe, a partir da leitura de Neves e Machado, é que não se pode eleger um único elemento como responsável pela abolição. Eles estão de tal forma entrelaçados que analisar um, implica em considerar, ainda que de relance, todos os outros.

A esse elementos, Viotti acrescenta ainda o impacto da Guerra de Secessão nos Estados Unidos:

[...] Terminada a guerra, que pusera um fim à escravidão no sul daquele país (1865), o Brasil e as colônias espanholas (Porto Rico e Cuba) eram as únicas nações a ainda manter uma instituição universalmente condenada. [...] Todas as nações civilizadas tinham-na condenada.¹¹

Com o fim da guerra, argumenta a autora, a pressão externa pelo fim da escravidão aumentou, somando-se ainda o crescimento do número de associações abolicionistas. Estas, por sua vez, mereceram considerável destaque nas reflexões desenvolvidas por Janote Pires Marques em seu trabalho: *Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)*. Marques analisa a abolição no Ceará como parte de um discurso construído pela elite da capital cearense de modo a excluir o negro do processo de formação social. É nesse sentido que ele põe em evidência a fundação de sociedades abolicionistas, das quais participavam figuras de destaque na província – identificadas com a política e com a intelectualidade cearense. Segundo Janote Marques, o discurso abolicionista no Ceará foi tomado por uma “elite” política e intelectual como questão de patriotismo. “Ao mesmo tempo, os abolicionistas assumiram o papel de ‘heróis cívicos’ já que promoviam a ‘salvação’, ou seja, a redenção dos cativos, vistos como sujeitos inertes no processo emancipatório.”¹²

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹¹ Op.Cit, p. 43.

¹² MARQUES, Janote Pires ; RIBARD, Franck Pierre Gilbert. *Festas de negros em Fortaleza : territórios , sociabilidades e reelaborações (1871-1900)*. 2008.

O autor argumenta que as campanhas em prol da abolição promoveram a ausência do negro, excluindo-o do papel de sujeito de sua própria história. Não podemos esquecer, entretanto, que tais discursos fazem parte de um contexto particular: o momento de construção da identidade da nação. O movimento abolicionista em Fortaleza vai sendo construído de modo a pôr em evidência a existência de uma população branca, no máximo mestiça, “para a qual seria mínima a participação do negro no processo histórico cearense.”¹³ É nesse sentido que o Ceará passa a ser alardeado, pelos próprios cearenses, como um exemplo a ser seguido, como uma “chama a alumiar o império”¹⁴, pois, de forma gradual, ordeira, pacífica e sem a participação dos negros, aboliu a escravidão antes das demais províncias brasileiras, ganhando a alcunha (ainda invocada na atualidade) de “Terra da Luz.”

A documentação selecionada para este processo de investigação é particularmente interessante para se perceber os elementos anteriormente discutidos. No entanto, além desses aspectos, as fontes também nos permitem pensar os sujeitos políticos, os partidos e os programas partidários, atentando para suas complexidades e para os processos de identificação resultantes da interação entre os três. Em *A construção da ordem: a elite política imperial*, José Murilo de Carvalho afirma existirem três posicionamentos acerca da configuração político-partidária imperial que podem ser percebidos sem grandes dificuldades. Para o autor:

Há os que negam qualquer diferença entre os partidos, principalmente o Conservador e o Liberal; há os que os distinguem em termos de classe social; há os que os distinguem por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana.¹⁵

Não nos propomos, assim como o autor, a oferecer soluções que resolvam esse impasse, mas a apreender a complexidade político-partidária do período. Nossa análise não parte do pressuposto de que os posicionamentos políticos são definidos pelas filiações partidárias, mas que há uma relação entre ambos que necessita de uma investigação mais profunda. Carvalho apresenta o Partido Liberal como profundamente dividido, o que dificultava a execução de determinados pontos de seu programa político. Foi o caso de diversas leis de reforma social, entre as quais, o conjunto de leis que levou à abolição. Em contrapartida, os conservadores, detentores de uma maior unidade partidária, aprovavam as medidas que julgavam cabíveis, tomando para si, inclusive, bandeiras inseridas no programa

¹³ Ibid, p. 32.

¹⁴ Op.Cit, p. 33.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. “Os partidos imperiais: composição e ideologia.” In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial./Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 202.

do Partido Liberal. Essa unidade, no entanto, deve ser ponderada, na medida em que o próprio autor nos chama atenção para a cisão em curso no Partido Conservador quando Rio Branco, presidente do conselho, adere à bandeira liberal da abolição, aprovando, em 1871, a Lei do Ventre Livre.

Em *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Emília Viotti classifica como contraditório o discurso liberal. Para ela, os programas políticos diferenciados dos partidos liberal e conservador só existiam na teoria, visto que, na prática, as divergências não eram tão perceptíveis assim.

Durante esse período [...]. Era voz corrente que nada parecia mais com um liberal do que um conservador. Uma vez no poder, os liberais se esqueciam das demandas que haviam feito quando na oposição. De outro modo, os conservadores no poder realizavam as reformas pelas quais os liberais tinham lutado.[...]. No partido liberal havia indivíduos de tendências conservadoras, e entre os membros do partido conservador contavam-se alguns políticos cujas opiniões eram mais liberais do que as dos seus adversários.¹⁶

Para a autora, tais posturas equivaleriam a um não comprometimento ideológico dos políticos para com os programas partidários, resultando em instabilidade política. Embora não concordemos com o termo escolhido pela autora para definir a diversidade de posicionamentos assumidos por membros de um mesmo partido acerca de uma mesma questão – contraditório -, as reflexões trazidas pela autora, assim como as propostas por José Murilo de Carvalho, são imprescindíveis para que se compreenda a heterogeneidade político-partidária no Império e a particularidade brasileira em relação à apropriação de teorias, conceitos e modelos políticos cunhados fora das fronteiras nacionais.

3. IDENTIDADES EM QUESTÃO.

Ha oito dias desapareceu de casa do abaixo assignado um escravo de nome Matheus com 25 annos de idade, mulato claro, côr pallida, pálpebras grossos (sic), com uma cicatriz de ferida recente em uma das pernas, aqual tem atado uma corrêa de veado. Levou camisa e cerola de algodãozinho branco e um chapeo de palha velho. Sem motivo algum para fugir, visto que lhe era livre andar e trabalhar na rua quando lhe parecia, suspeita-se que se tenha acostado a algum abarracamento, onde tenha deparado algum conhecido. Recomenda-se-o aos Srs. commissarios e administradores respectivos e gratificasse aquém der delle exacta noticia ou o trouxer á casa, sendo dispensavel qualquer violencia.”

¹⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 158.

Fortaleza, 9 de Janeiro de 1880.
Fenelon Bomilcar da Cunha.¹⁷

Já dissemos aqui, que quatro anos antes da abolição no Ceará, ainda era possível encontrar num periódico que se denominava liberal, o *Cearense*, anúncios de escravos fugidos. O que ainda não dissemos foi que alguns desses anúncios foram enviados à edição do jornal por membros do próprio Partido Liberal. É o caso do anúncio acima transcrito. Fenelon Bomilcar da Cunha era liberal e chegou inclusive a compor a Mesa Diretora da Assembleia Provincial no ano de 1881 como suplente do 1º secretário. Somado a isso tem-se o fato de os membros do Partido Liberal, reunidos em torno do Centro Liberal terem redigido um documento que incluía em seu quadro de propostas a abolição da escravidão ainda em 1869. Além disso, o próprio periódico, nesse mesmo período, publicava na seção intitulada *Literatura*, poesias que criticavam a empresa escravista, expondo o sofrimento dos cativos e as situações as quais estes eram submetidos. A postura do jornal – ou do grupo que lhe imprime as diretrizes – é, no mínimo curiosa, na medida em que este se mostra receptivo a críticas à escravidão, enquanto divulga anúncios de recompensas oferecidas pela captura de cativos.

Seria possível classificar tal fato como contraditório? Se tencionássemos nos dedicar a uma análise superficial da situação talvez fosse essa a nossa conclusão. No entanto, nosso objeto exige uma investigação mais acurada e nos fornece subsídios para refletir que os partidos políticos imperiais não podem ser pensados de forma homogênea e para tentar mapear os elementos de identificação que perpassam os indivíduos, vinculando-os a um ou outro partido. O que queremos dizer é que não se pode reduzir o espaço de ação de um indivíduo político ao programa do partido no qual ele se insere, mas deve ser feito um esforço de compreensão das relações estabelecidas entre os partidos e seus membros.

Nesse sentido, surgem questões essenciais das quais partiremos para interrogar nossas fontes: o que significa ser/estar liberal ou ser/estar conservador nesse momento? Quais são as fronteiras que delimitam um e outro partido no período em questão? Até onde a filiação partidária define as ações políticas de um sujeito? A documentação selecionada nos fornece subsídios para pensar que as fronteiras não são tão rígidas, nem tão bem delineadas entre liberais e conservadores e expõe os conflitos entre os partidos e no interior destes. No entanto, embora a análise das fontes seja essencial para a investigação histórica, não podemos esquecer que nosso ofício consiste em constuir uma leitura da realidade e que “existe uma

¹⁷ Anuncios. *Cearense*. 9 de Janeiro de 1880. Fortaleza-Ce, p. 4

rede de elaborações mentais já fixada por outros autores”¹⁸ que não pode ser negligenciada. É imprescindível, portanto, para a elaboração de uma análise histórica coerente e bem fundamentada, selecionar referenciais teóricos que ofereçam subsídios para a sustentação da proposta e que possibilitem ao pesquisador repensar, a partir dos conceitos mais adequados, seu objeto de pesquisa.

Optamos, aqui, por utilizar o conceito de identidade, desenvolvido por Kathryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva. As reflexões feitas por esses autores são importantes porque nos permitem pensar nosso objeto – os partidos políticos imperiais na segunda metade do século XIX – a partir de uma perspectiva mais dinâmica, onde as identificações não esbarrem em fronteiras rígidas. Woodward se opõe a concepções engessadas, onde as identidades aparecem como completas. Para ela, estas não podem ser caracterizadas como fixas e acabadas, pois que são constantemente remodeladas. Isso ocorre porque a identidade é relacional, é marcada a partir da diferença, ou seja, é estabelecida não apenas pela positivação (o que sou), mas também pela negação (o que não sou).

A autora defende ainda que as identidades não são unificadas, o que pode ocasionar divergências entre o individual e o coletivo, sobretudo porque as identidades são constituídas a partir das posições assumidas pelos indivíduos e com as quais estes se identificam. Nesse sentido, chamamos a atenção para um aspecto essencial referente à construção identitária: o espaço da experiência pessoal. Por mais coeso que um grupo social possa parecer, não se pode tomar como pressuposto sua homogeneidade, pois que as individualidades não devem ser descartadas. O particular não perde em importância face ao geral. Pelo contrário, mostra que as generalizações não dão conta da complexidade dos indivíduos e expõe a heterogeneidade que se oculta sob a falsa aparência de ausência de desigualdades. Essa heterogeneidade tem relação, sobretudo, com a especificidade histórica das identidades. Woodward lembra que os processos de identificação são produzidos em momentos particulares no tempo. Essa é uma dimensão fundamental para a História e nos remete ao nosso objeto de pesquisa, na medida em que, no período aqui analisado (1867-1884), se identificar como liberal ou conservador não significa, necessariamente, ser filiado ao Partido Liberal ou ao Partido Conservador. Se uma das principais bandeiras levantadas pelo Partido Liberal era a abolição da escravidão, deduz-se, quase logicamente, que os indivíduos autointitulados liberais tomavam para si a causa abolicionista. Engano. Em ambos os partidos,

¹⁸ BARROS, José D’Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História : da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

encontramos opositores aos sucessivos projetos de emancipação colocados em discussão nas Assembleias Geral e Provincial. Cometer o deslize de confundir as aspirações dos partidos com os interesses individuais de seus membros ou de negligenciar estes interesses fecha, ao pesquisador, a possibilidade de desenvolver análises mais aprofundadas e de perceber a heterogeneidade que perpassa os grupos sociais.

Além de enfatizar a relação de interdependência estabelecida entre identidade e diferença, Silva aponta que as identidades são “o resultado de atos de criação lingüística”. Isso significa que elas “não são ‘elementos’ da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas.”¹⁹ Ao afirmar que as identidades não são naturais e enfatizar seu caráter lingüístico, o autor põe em destaque sua dimensão discursiva e atribui aos sujeitos sociais sua fabricação. Fabricação esta que não pode ser compreendida fora do contexto de relações culturais e sociais no qual estão inseridos os indivíduos.

É justamente o contexto que nos permite apreender os sistemas de significação no qual e para o qual as classificações identitárias fazem sentido. Um exemplo talvez explique melhor o pensamento que estamos tentando construir. Na *Sessão Ordinaria* da Assembleia Provincial de 29 de setembro de 1870, durante a discussão do projeto que regulava as manumissões de escravos financiadas pela província, os deputados conservadores Soares e Gustavo falam em nome do partido, afirmando que este se preocupa com a causa abolicionista e que, assim como os liberais, também amam a liberdade. No entanto, diferenciam-se destes porque os liberais são mais exaltados e se excedem em seus posicionamentos. Para o deputado Soares, os projetos de lei que tem por objetivo a abolição lenta, gradual e ordenada da escravidão são desnecessários, exagerados e, assim como as atitudes liberais, precipitados. Seria essa, portanto, a diferença essencial entre liberais e conservadores, segundo o deputado.

Continuando a argumentação de Soares e Gustavo, o deputado Torres Portugal, também conservador, se manifesta, argumentando que a emancipação dos escravos não é uma questão partidária, mas uma questão da humanidade e

[...] se fora questão de partido, os conservadores, que são verdadeiros liberais, deveriam pugnar com todas as suas forças pelos direitos, pela liberdade do homem.

Porque no país ha um partido denominado liberal, não se segue que aquellos que o formão são os liberais do país; os conservadores são os verdadeiros

¹⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In : SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000, p. 76.

liberaes do paiz, porque querem a liberdade harmonisada com o principio da autoridade.²⁰

A discussão dos deputados nos leva a uma importante reflexão: ser liberal, no período que compreende os anos de 1867 e 1884, significa pertencer ao Partido Liberal? Os conservadores argumentavam que para ser liberal não era necessário estar vinculado ao Partido Liberal e que eles eram os verdadeiros liberais. A dimensão discursiva das identidades fica evidente, no exemplo, quando os deputados conservadores se identificam como liberais (denominação atribuída a seus opositores políticos), desvinculando os “verdadeiros” ideais do liberalismo do Partido Liberal. Dessa forma, os deputados constroem, discursivamente, a identidade conservadora, tomando o cuidado de associá-la aos valores liberais tão difundidos no momento. A partir do exemplo, fica evidente, também, a importância do contexto para a compreensão do sistema de significação, visto que, a tentativa de aproximar o liberalismo da identidade conservadora tem relação direta com o momento histórico vivenciado: período de destaque para as discussões referentes à abolição da escravidão. Num momento em que a instituição escravista passa a ser nacionalmente repudiada e em que o Partido Liberal se apropria cada vez mais da ideia de abolição – tomando-a, inclusive, como bandeira -, se identificar como liberal ou como conservador adquire um significado diferenciado. O certo é que ninguém quer se ver vinculado à instituição escravista, ainda que a defendessem de forma velada com o objetivo de tornar um pouco mais longa a sua existência.

Na *Sessão Ordinaria* de 8 de agosto de 1870²¹ um novo partido político ganha espaço no rol das discussões - o partido progressista. O debate começa quando João Brígido pede aos seus correligionários políticos - os liberais - explicações acerca de modificações ocorridas dentro do partido liberal.

Aparece aqui, outro partido do qual parecem ter se aproximado alguns membros do partido liberal, alvos das críticas de João Brígido. Como nenhum correligionário político do deputado se arrisca a responder suas indagações, o Sr. Barroso, membro do partido conservador pede a palavra e prossegue a discussão.

O Sr. Barroso: - o nobre deputado que acabou de fallar não pertence à minoria, a maioria é dos senhores; e eu desejara bem saber se tem ou não companheiros n' esta casa, se ainda existe esse partido liberal.

O Sr. Paiva: - E ainda existe partido conservador?

O Sr. Barroso: - Existe.

²⁰ Sessão ordinária, 1870. Fortaleza. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará*. Fortaleza: Typographia Brasileira de João Evangelista, 1870. p. 104.

²¹ Sessão ordinária, 1870. Fortaleza. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará*. Fortaleza: Typographia Brasileira de João Evangelista, 1870. p. 105.

O Sr. Paiva: - Conservador de que?
 O Sr. Barroso: - Conservador de que? Quando o nobre deputado estava comnosco sabia bem o que nós queríamos conservar; o nobre deputado não accuzou o titulo de conservador.
 O Sr. Paiva: - Não, eu era liberal
 O Sr. Barroso: - Agora tambem poderia chegar a minha ocasião de perguntar; - liberal em que? (*Trocam-se apartes*)
 [...]
 O Sr. Barroso: - Nós mesmos quando os aceitamos em nossas fileiras sempre os tivemos em conta de verdadeiros liberaes [...]
 [...]
 O Sr. Barroso: - Verdadeiros liberaes, sim, porque eu considero verdadeiros liberaes aquelles que até á poucos mezes estiveram ligados á nós.²²

Antes de encerrar a discussão, Barroso recita um versinho a partir do qual se pode refletir sobre a situação política brasileira no período em questão:

O Sr. Barroso: - Sr. Presidente, eu não devia entrar n'esta discussão, porque sei que se póde muito bem applicar aos nobres deputados aquelle versinho:
 Se eu brigar c'os meus amores
 Não se intrometta ninguém,
 Que passados os arrufos
 Ou eu vou, ou elle vem.
 (*Risadas*)
 E' bom sempre ter cautela, aguardando o futuro.²³

Através da estrofe, o deputado faz alusão ao dinamismo político das relações entre os partidos. A brincadeira, portanto, parece fazer referência à realidade e, ainda que não a retrate, nos oferece subsídios para refletir sobre os partidos políticos e os indivíduos a eles filiados. Ao perguntar em quê o deputado Paiva é liberal, o membro do partido conservador (Barroso) nos permite pensar em que nível a filiação partidária define as posturas políticas assumidas por seus membros e se a aproximação dos dois grupos, ou pelo menos de alguns de seus componentes, descaracteriza-os. Outra análise pode ser feita, a partir dos dois últimos versos e da frase final proferida pelo deputado: *Que passados os arrufos ou eu vou ou elle vem. (Risadas) E' bom sempre ter cautela, aguardando o futuro.* A partir daí se pode inferir que, decorridos os momentos de crise, ou justamente em momentos de crise, uma aproximação entre os dois é uma opção que não pode ser descartada.

Essas discussões nos permitem perceber, assim como Silva, as definições identitárias enquanto sujeitas a relações de poder. Seguindo essa concepção, o que se observa, em última instância é uma disputa pela identidade liberal, não necessariamente ligada ao Partido Liberal, que é, também, uma disputa pelo poder. As identidades são, assim, construídas mediante a elaboração de discursos de sujeitos de ambos os partidos que reivindicam para si o *status*

²² Ibid, p. 107 – 8.

²³ Ibid, p. 108.

liberal e que estão inseridos num processo de luta pelo poder. Essa reivindicação passa por uma redefinição identitária que tem, como pano de fundo, a tensão cada vez maior decorrente das pressões – externas e internas – pelo fim da escravidão. São estas reflexões, juntamente com os problemas já explicitados e a escolha de um referencial teórico adequado que nos permitirão analisar de outra perspectiva nosso objeto, fornecendo-nos subsídios para lançar um olhar diferenciado à configuração político-partidária imperial.

de forma heterogênea e tentando mapear os elementos de identificação que perpassam os indivíduos no processo de identificação a um partido político.

RESUMÉ

Ce travail vise à étudier la configuration politique impériale, à partir des débats à propos de l'abolition de l'esclavage au Ceará entre les années 1867 et 1884. La proposition est de mettre en relief les discussions au niveau local et national, en développant une analyse plus globale, qui met en évidence les réalités particulières et les observe dans un contexte plus large, à partir duquel on peut comprendre les particularités. Le travail à, par objectif étudier les identification politiques des personnes qui on participé aux débats sur l'abolition de l'esclavage; suivre le débat à propos de l'abolition de l'esclavage dans Ceará; analyser les individus en relations aux partis politiques avec lesquels ils sont affiliés et les propositions politiques de ces partis; essayer de comprendre et observer, dans le contexte brésilien, les attitudes des hommes politiques sur l'abolition de l'esclavage et analyser lès différences dans et entre lès partis. Pour atteindre ces objectifs, on a choisis comme sources certaine revues de la deuxième moitié du XIXe siècle (journaux *Cearense*, *Constituição*, *gazeta do Norte*, *O Libertador* et *Pedro II*), les *Annaes da Assembléa Provincial do Ceará*, les *Annaes do Senado do Brazil*, les *Atas do conselho de Estado Pleno* et la *Collecção das Leis Imperiais*. À partir de ces sources et des lectures de l'historiographie, nous proposons de réfléchir sur la flexibilité des frontières entre les libéraux et les conservateurs, em analysant les partis impériale d'une façon differente et en observant les éléments d'identifications entre les sujets et les partis politiques.

Mots-clés: L'abolition au Ceará. Politique. Identité.